

Setor elétrico debate novas alternativas para a crise

Leila Coimbra

De Brasília

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva recebeu de herança um setor elétrico combalido por um racionamento de energia com consequente redução de consumo. As empresas do setor estão em dificuldades financeiras com o impacto da variação cambial sobre as dívidas em dólar e queda na receita. Além disso, houve no ano passado uma redução drástica das fontes de financiamento no mundo todo depois da quebra da Enron. Diante de tal cenário, os prejuízos do setor em 2002 somaram R\$ 10 bilhões, o pior resultado já visto.

A ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, culpa em parte o modelo desenhado para a competição, com a predominância de capital privado, cuja implantação ficou no meio do caminho. Segundo Dilma, a solução vem por meio de duas frentes de trabalho distintas.

A primeira, de caráter emergencial, visa dar fôlego às elétricas para evitar uma quebradeira generalizada. Para minimizar as perdas de R\$ 5 bilhões para as

geradoras federais subsidiárias da Eletrobrás (Furnas, Eletronortheast, Chese e CGTEE), o novo governo decretou aumento dos preços no atacado de R\$ 4 para R\$ 28 o MWh.

As distribuidoras privadas ainda não conseguiram resolver com o governo o impasse emergencial da falta de liquidez. Estuda-se um aporte de R\$ 8 bilhões via emissão de debêntures conversíveis em ações preferenciais das empresas. Esses papéis teriam correção pré-fixada de IGP-M mais 6% ao ano. O governo concorda com essa solução. Mas a ministra acha que quem deve fazer esse aporte são os controladores privados e as companhias forçam para que os recursos partam do governo.

Uma linha especial de R\$ 1,5 bilhão via BNDES já está garantida às distribuidoras pela ministra. Este dinheiro, no entanto, é uma compensação pelo adiamento do repasse para as tarifas dos custos com a energia dolarizada de Itaipu para 2004. O objetivo da redução dos aumentos tarifários é conter a inflação.

Para resolver os problemas do setor, a ministra acredita que é preciso mudar o atual modelo.

O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Maurício Tolmasquim, diz que um esboço do que está sendo estudado será apresentado aos agentes nos próximos dias. Entre as propostas, está a criação de um "pool" comprador de energia, que teria a responsabilidade de fazer um mix da geração barata de usinas já amortizadas com a produção cara de novas hidrelétricas e termelétricas.

A ministra já deixou clara também a intenção de mudar a formação de preços no Mercado Atacadista de Energia (MAE), que hoje têm um piso de R\$ 4 e teto de R\$ 684 para remunerar a energia comercializada no curto prazo.

A principal queixa dos executivos se refere à criação do "pool". Eles alegam que essa estrutura eliminaria a competição do setor, já que esse "mix" de energia seria revendido por um preço único para todas as distribuidoras. "O modelo equivale, na prática, ao governo assumir a construção das usinas e também os riscos", afirma Ricardo Lima, presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel).